PREFEITURA DE MARECHAL DEODORO | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO 095/2025

OBJETO
Registro de preços para futura e eventual aquisição de kits de fardamentos escolares para os alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2026, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **13/11/2025** às **10h30min (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

***COM INVERSÃO DE FASES**

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 7
7. DA FASE DE JULGAMENTO 10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 16
11. DOS RECURSOS 17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2025

Torna-se público que o(a) Município de Marechal Deodoro/AL, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023 (Marechal Deodoro/AL)**,** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para futura e eventual kits de fardamentos escolares para os alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2026, para atender a demanda do município de Marechal Deodoro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será formada por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação no que for de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC (www.bnc.org.br/) e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023, bem como da minuta de Ata de Registro de Preços – ANEXO C.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

3.1.2. **A sessão pública será realizada em 13/11/2025, às 10:30 horas de Brasília/DF, no endereço eletrônico www.bnc.org.br/ (Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC)**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Os itens em que a participação for exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão descriminados no Mapa de Preços para aferição do estimado de mercado.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021,

para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 deste edital.

4.2. **Na presente licitação, haverá a inversão de fases, de modo que a HABILITAÇÃO precederá a abertura das propostas e posteriormente os lances, com base no Art. 17 § 1º caput.**

4.3. No presente caso a inversão das fases será benéfica pois garantirá que apenas as empresas com expertise farão seus lances sem trazer prejuízos técnicos para esta Administração, “visando a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros para que a proposta selecionada gere de fato o resultado esperado e a contratação mais vantajosa”.

4.4. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

4.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos nele disposto, em conformidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Será exigida de todos os licitantes, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação) a título de garantia, nos termos do art. 58, §1º e seguintes da Lei 14.133/2021, podendo ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante.

5.12. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.13. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.15. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, devendo este atender tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via CHAT do Sistema BNC.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$00,10 (dez centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos contidos no resultado da Pesquisa de Preço / Cotação realizada pelo órgão para aferir o preço estimado, nos termos do Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. **Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.**

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.7 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta. ***Vide* cláusula 5 do termo de referência, anexo deste edital.**

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. **Habilitação Jurídica**

8.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

8.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

8.1.1.3. A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;

8.1.1.4. Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

8.1.1.5. Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;

8.1.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídica na Secretaria da Receita Federal (CNPJ);

8.1.2.2. Prova de regularidade para com a fazenda municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e com o INSS;

8.1.2.4. Prova de regularidade para com a fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF). ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.1.2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

8.1.3. **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

8.1.4. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

8.1.5. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.1.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente;

8.1.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, nos termos do art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.9. **Qualificação técnica:**

8.1.9.1. O proponente deverá comprovar que está apto para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, apresentando atestado(s) de desempenho(s) anterior(es), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. O licitante deverá apresentar Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, a qualquer momento, para envio no prazo de (02) dois dias úteis, para postagem ou protocolo, o qual poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, mediante solicitação circunstanciada da Licitante.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. O objeto da contratação que depender de avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, agendada pelos meios dispostos neste edital. Caso diverso, deverá assinar declaração formal, com dados do seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e renovado seus quantitativos inicialmente registrados, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, observando as normas do Decreto Municipal nº 012/2025.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23 e Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Sistema BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC e oficial do Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do

órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: https://www.bnc.org.br/

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.bnc.org.br/.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO A - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo A – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO B – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO C – Minuta de Ata de Registro de Preços

Marechal Deodoro/AL, 29 de outubro de 2025

ARYKOERNE LIMA BARBOSA
Sec Mun de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO A
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de kits de fardamentos escolares para os alunos da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2026, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas,** conforme quantidade(s) e exigências estabelecidas neste instrumento e no **Anexo I - Das especificações.**

1.2. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no **Anexo I** do Termo de Referência.

1.3. Do órgão gerenciador:

1.4. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de kits de fardamentos escolares para os alunos da rede municipal de ensino de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, justifica-se pela relevância de promover igualdade, segurança e melhor inserção social no ambiente escolar, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes com a escola.

2.2. Padronização e Igualdade Social: O fornecimento de fardamentos padronizados contribui para a redução de desigualdades socioeconômicas, criando um ambiente escolar onde todos os alunos têm a oportunidade de se apresentar de forma igualitária, sem distinções de vestuário. Isso favorece a inclusão social e fortalece o respeito mútuo entre os estudantes, reduzindo eventuais situações de discriminação ou bullying devido à vestimenta.

2.3. Segurança e Identificação: O fardamento escolar padronizado facilita a identificação dos alunos em diferentes contextos, como no transporte escolar, em atividades externas ou dentro das próprias instituições de ensino. Essa padronização proporciona maior segurança para os estudantes, uma vez que facilita a identificação imediata pelos servidores escolares, responsáveis e pela comunidade em geral.

2.4. Valorização da Identidade Escolar e Motivação dos Alunos: A adoção de fardamentos reforça a identidade institucional e promove o sentimento de pertencimento dos alunos em relação à sua escola, o que pode impactar positivamente na motivação para o aprendizado e a participação nas atividades escolares. Um uniforme bem confeccionado, com qualidade e adequado ao clima local, favorece o bem-estar dos estudantes e contribui para a construção de um ambiente educacional mais propício ao desenvolvimento pedagógico.

2.5. Redução de Custos para as Famílias: O fornecimento gratuito de kits de fardamentos representa um alívio financeiro para as famílias, especialmente as de baixa renda, que constituem parcela significativa dos alunos matriculados na rede municipal. Esta medida contribui para que os alunos possam frequentar a escola regularmente, sem onerar seus responsáveis com a compra de vestimentas escolares.

2.6. Qualidade e Durabilidade: Os kits de fardamentos adquiridos foram planejados com materiais de boa qualidade, adequados ao clima da região e à faixa etária dos alunos, garantindo maior durabilidade e conforto. Tal medida reduz a necessidade de reposição constante de peças e, consequentemente, proporciona um melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos.

2.7. Atendimento à Política Educacional Municipal: A aquisição dos kits faz parte do compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro em promover a equidade, a segurança e a valorização dos estudantes no contexto escolar, em conformidade

com as diretrizes estabelecidas no plano municipal de educação. Esse investimento reflete a prioridade dada à criação de condições dignas para o desenvolvimento integral de nossos alunos.

2.8. Diante do exposto, a aquisição de kits de fardamentos escolares para o ano letivo de 2026 revela-se uma ação fundamental para garantir a equidade, segurança, valorização e inclusão dos alunos da rede municipal de ensino, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

2.9. Quanto a escolha pelo procedimento licitatório de registro de preços, é uma prática administrativa que visa garantir diversos benefícios tanto para a administração pública. Abaixo, apresento algumas justificativas para a utilização desse procedimento:

2.10. Economia de Recursos Públicos: O Registro de Preços permite a obtenção de materiais a preços mais vantajosos, uma vez que o município pode adquiri-los em maior quantidade, obtendo descontos e condições comerciais mais favoráveis. Isso resulta em economia de recursos públicos, que podem ser direcionados para outras áreas da educação.

2.11. Regularidade do Fornecimento: A aquisição de kits de uniformes escolares por meio do Registro de Preços assegura a regularidade do fornecimento desses materiais durante um período determinado, o que evita interrupções no atendimento da demanda. Isso é fundamental para garantir a continuidade e o bem-estar dos alunos.

2.12. Agilidade nas Compras: Com o Registro de Preços em vigor, a administração pública pode realizar as compras de forma mais ágil, uma vez que não é necessário abrir um novo processo de licitação a cada nova aquisição. Isso agiliza o processo de compra e evita burocracias desnecessárias.

2.13. Garantia de Qualidade e Padronização: O Registro de Preços permite estabelecer critérios de qualidade e especificações técnicas para os kits de uniformes escolares, garantindo que os materiais fornecidos atendam aos padrões estabelecidos e pela legislação vigente.

2.14. Transparência e Controle: O processo de Registro de Preços é transparente, uma vez que envolve a divulgação dos preços registrados e dos fornecedores habilitados. Isso proporciona maior controle sobre a despesa pública e evita a possibilidade de direcionamento de contratos.

2.15. Melhoria na Gestão Orçamentária: Com o Registro de Preços, o município pode planejar melhor seus gastos, sabendo antecipadamente os valores a serem desembolsados para aquisição dos kits de uniformes escolares. Isso contribui para uma gestão financeira mais eficiente.

2.16. Atendimento às Exigências Legais: A utilização do Registro de Preços está prevista na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), o que garante que o procedimento está em conformidade com a legislação.

2.17. Em resumo, a escolha pelo procedimento licitatório de Registro de Preços para kits de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino é uma ferramenta eficaz para otimizar a gestão dos recursos públicos, assegurar a regularidade do fornecimento de materiais de qualidade para os alunos e promover a transparência e a legalidade no processo de aquisição.

2.18. Dada a natureza do objeto, há indícios de que a consolidação dos itens em lotes ou grupos possa oferecer vantagens econômicas e técnicas mais significativas. Por essa razão, recomenda-se que, na eventual contratação, seja adotado o critério de julgamento pelo menor preço por lote ou grupo de itens, visando maximizar a eficiência e otimização dos recursos públicos.

2.19. Como também se destaca, que a separação de cota reservada e ampla participação não é aplicável ao presente processo.

2.20. Tal decisão baseia-se na necessidade de garantir uniformidade e padronização na entrega dos materiais, assegurando que todos os alunos recebam kits de igual qualidade e composição. Além disso, a separação em cotas poderia comprometer a logística de distribuição, aumentar os custos e gerar atrasos no fornecimento, o que prejudicaria o início das atividades escolares.

3. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. A contratação dar-se-á pela modalidade licitatória denominada **pregão, na sua forma eletrônica**, tendo como critério de julgamento e classificação das propostas, o **menor preço**, tendo como referência o valor estimado, observadas as especificações técnicas definidas no **Anexo I - Das especificações**, deste Termo de Referência.

3.2. O julgamento da licitação será realizado pelo critério do **menor preço por lote/grupo de itens**, observadas as regras de aceitação das propostas constante no edital.

3.3. O pregão eletrônico ocorrerá sob o modo de disputa aberto.

3.4. **Será exigida de todos os licitantes, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação) a título de garantia**, nos termos do art. 58, §1º e seguintes da Lei 14.133/2021, podendo ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante.

3.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

3.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

3.7. Será procedida **a inversão das fases** de habilitação e julgamento.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

4.1. O objeto desse Termo de Referência e de natureza comum nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS AMOSTRAS

5.1. A comissão de licitação deverá solicitar amostras físicas de cada item ofertado, devidamente identificadas com etiqueta contendo CNPJ, lote e composição. As amostras serão submetidas à análise de resistência, solidez da cor e costura. O não atendimento pleno aos parâmetros técnicos acarretará inabilitação automática.

5.2. As amostras deverão ser entregues na configuração de kits, em suas respectivas quantidades totais, devidamente embalados, conforme estabelecido no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

5.3. Deverão ser entregues no mínimo um kit montado de cada modalidade, no prazo de 7 (sete) dias corridas, contados a partir da convocação.

5.4. Somente deverão ser aceitos os kits que estejam em total concordância com os critérios estabelecidos no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL

6.1. O objeto desta contratação será entregue no endereço do **ANEXO II - Endereços de Entrega**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a retirada/recebimento da nota de empenho.

6.2. O prazo de 60 (sessenta) dias para entrega, contados de nota de empenho e/ou ordem de entrega, não viola o princípio da isonomia, pois não estabelece discriminação desvinculada

do objeto da contratação, não prevê exigência desnecessária e não impõe requisitos desproporcionados e, também, não adota discriminação ofensiva dos valores constitucionais ou legais.

6.3. Portanto, que não há complexidade que justifique o alargamento do prazo, sendo 60 (sessenta) dias, conforme pesquisa de mercado, suficiente para a entrega, especialmente em se tratando de pedido de baixa quantidade.

6.4. O recebimento e aceitação da entrega obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

6.4.1. Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo, com as especificações solicitadas.

6.4.2. Definitivo: após a conclusão da conferência e testes necessários e sua consequente aceitação definitiva, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.5. O recebimento definitivo será efetuado pelo solicitante, que emitirá o parecer sobre a adequação da entrega com as normas, condições e especificações contidas nesse Termo de Referência.

6.6. A administração se reserva o direito de recusar todo e qualquer entrega em desacordo com as especificações ou que contenham qualquer tipo de vício ou defeito.

6.7. No caso da recusa de qualquer item contratado, a contatada terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da contratante, para substituir o objeto por outro em perfeitas condições de uso, sendo que todas as despesas decorrentes da substituição correrão às suas expensas, não gerando qualquer obrigação adicional para a administração.

6.8. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo.

7. DA GARANTIA/VALIDADE E/OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1.1. O prazo de garantia mínima contra defeitos de fabricação é de (12) meses, ou do fabricante, a que for maior, contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega efetiva e atesto da nota fiscal, conforme o caso;

7.1.2. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal, no que couber.

7.1.3. O certificado de garantia ou equivalente deve conter, de maneira clara e adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercida, o ônus a cargo das partes, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega, acompanhado do manual de uso dos itens, conforme o caso.

7.1.4. Durante o período de garantia o objeto que apresentar defeito deverá ser trocado por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características do originalmente fornecido e todas as despesas inerentes à reposição e transporte, correrão por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus a Contratante, conforme o caso.

7.1.5. Caso a Contratada não possua assistência técnica autorizada na cidade de Marechal Deodoro, os custos com os reparos que necessitem de deslocamento, neles incluídas as despesas com frete, serão de arcados pela Contratada e não deverá gerar nenhum tipo de ônus para a Contratante durante todo o período da garantia, conforme o caso;

7.1.6. Aplica-se no que couberem, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. As licitantes deverão apresentar no mínimo um atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já realizou atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos.

8.2. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu atividade pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos.

8.3. Para comprovação das condições de habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

8.4. **Habilitação Jurídica:**

8.4.1. Registro comercial, no caso de empresário individual.

8.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

8.4.3. A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver.

8.4.4. Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

8.4.5. Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples.

8.4.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídica na Secretaria da Receita Federal (CNPJ).

8.5.2. Prova de regularidade para com a fazenda municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.5.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e com o INSS.

8.5.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

8.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

8.6. **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

8.6.1. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.6.2. Apresentação de Capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.6.3. No caso de fornecimento de materiais para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

8.6.4. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.5. Será exigida a apresentação de capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.7. **Qualificação técnica:**

8.7.1. O proponente deverá comprovar que está apto para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente contratação, apresentando atestado(s) de desempenho(s) anterior(es), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente contratação.

8.7.2. O licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento anterior de fardamentos ou artigos têxteis e calçados em quantidade igual ou superior a 50% do objeto licitado. O atestado deverá conter CNPJ, assinatura do responsável e contato para diligência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos materiais, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, e prazo de validade.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 117, Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega e instalação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei de nº 14.133/2021.

13.2.1. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

14.2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

14.3. O pagamento pode ser realizado com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

14.4. A Contratante, ao efetuar pagamento a Contratada, referente a qualquer material/serviço contratado ou prestado, procederá à retenção Imposto sobre a Renda (IR) em observância ao disposto no Decreto nº 56/2023.

14.5. A Contratada fica ciente de que a retenção do Imposto sobre a Renda será efetuada mediante aplicação das alíquotas constantes no Anexo I da Instrução Normativa RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

14.6. A alíquota aplicada ao fornecimento ou a prestação dos serviços assim como o valor da retenção do Imposto sobre a Renda (IR) deverão ser destacados no corpo da Fatura/Nota Fiscal/Recibo ou em campo apropriado para tal finalidade.

14.7. É de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do material ou prestadora do serviço amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, informar e comprovar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total da Fatura/Nota Fiscal/Recibo, no percentual correspondente à natureza do material ou do serviço.

14.8. Caso a Fatura/Nota Fiscal/Recibo seja apresentada sem o devido destaque da retenção do Imposto sobre a Renda (IR) (alíquota e valor), a Administração procederá a retenção do tributo na forma prevista nas Instruções Normativas da RFB, não por excesso de poder, mas sim por desídia do fornecedor ou prestador de serviço.

14.9. Sendo a Contratado Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP optantes pelo Simples Nacional, não estará sujeita à retenção do Imposto sobre a Renda.

14.10. O valor do imposto retido será considerado como antecipação do valor que for devido pela Contratada em relação ao Imposto sobre a Renda (IR) e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte na forma dos incisos I e II do art. 9º da IN RFB 1.234/2012.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Órgão do Município.

15.2. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhadas da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação deverá constar apenas no Mapa de Preços junto ao processo, que será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, quando o orçamento não for sigiloso nos moldes legais.

16.2. Nos termos do art. 24, da Lei de nº 14.133/2021, o valor estimado não será divulgado, de acordo com o princípio da economicidade e da competitividade, gerando economia institucional e uso racional e eficaz do recurso público direcionado a esta administração pública.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável ao máximo permitido, desde que cumpridas as disposições dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

17.2. Na aplicação das sanções, seguir-se-ão as disposições contidas nos art. 156 e seguintes da Lei de nº 14.133/2021.

17.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

17.4. Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados para Secretaria Municipal de Gestão dos Recursos Humanos e do Patrimônio, localizada na Rua Dr.

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

Tavares Basto, 215, Centro, Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, CEP: 57160-000 ou no sistema utilizado para a realização da disputa.

Marechal Deodoro/AL, 28 de outubro de 2025.

Responsável pela elaboração deste Termo de Referência.

Karina Lima Duarte Neves Rocha
Superintendente Administrativo Financeiro

De acordo:

Karoline Flora Barros Crisóstomo Oliveira
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE MARECHAL DEODORO | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO I - Descrição Detalhada e Quantitativos

Kit Escolar nº 1, Pré-Escola

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
1 Cota Ampla	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	2861
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Kit Escolar nº 1, Pré-Escola

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
2 Cota Reservada	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	715
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Descrição detalhada dos itens:

CAMISETA ESCOLAR UNISSEX (MANGA CURTA), CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER, COM TECNOLOGIA QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO, LEVEZA, SECAGEM RÁPIDA E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. COR PREDOMINANTE BRANCA, COM GOLA CARECA EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF E PUNHOS DAS MANGAS IGUALMENTE EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF. A PARTE FRONTAL CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE, E ESTAMPA ARTÍSTICA NA BARRA INFERIOR, EM AZUL CIANO #0062FF, REPRESENTANDO ELEMENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO. A PARTE TRASEIRA CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA E A IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. COSTURAS REFORÇADAS NA GOLA, MANGAS E BARRA INFERIOR, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 0 À 5 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

SHORT SAIA ESCOLAR FEMININO, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, DE ALTA RESISTÊNCIA, IDEAL PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. ESTRUTURA COMPOSTA POR SHORT INTERNO JUSTO E SAIA SOBREPOSTA, CONFERINDO PRATICIDADE E CONFORTO. CÓS COM ELÁSTICO EMBUTIDO DE 3,5 CM, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO À CINTURA. POSSUI ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO NA LATERAL DA SAIA, VALORIZANDO O DESIGN. A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO DEVERÁ SER APLICADA OBRIGATORIAMENTE NA PARTE FRONTAL DA PEÇA, NO LADO ESQUERDO, EM SILK RESISTENTE A LAVAGENS. COSTURAS REFORÇADAS E BEM ALINHADAS, PROPORCIONANDO DURABILIDADE. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 0 À 5 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



SHORT ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, RESISTENTE, CONFORTÁVEL E ADEQUADO PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. CINTURA COM CÓS ELÁSTICO EMBUTIDO, DE 3,5 CM DE LARGURA, GARANTINDO AJUSTE ANATÔMICO E CONFORTÁVEL. ACABAMENTO COM COSTURA DUPLA REFORÇADA EM TODA A PEÇA, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA AO USO DIÁRIO E ÀS LAVAGENS. A PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONTER A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 0 À 5 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



JAQUETA ESCOLAR (AGASALHO UNISSEX), CONFECCIONADA EM TECIDO HELANCA DE ALTA QUALIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. MODELO COM ABERTURA FRONTAL EM ZÍPER DE NYLON BRANCO, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DESLIZAMENTO SUAVE. POSSUI DOIS BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS COM ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO, PUNHOS E BARRA EM RIBANA NA

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

COR AZUL, GARANTINDO MELHOR AJUSTE E PROTEÇÃO TÉRMICA. O INTERIOR DEVERÁ APRESENTAR COSTURA REFORÇADA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA. NA PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK RESISTENTE. NA PARTE TRASEIRA, NA REGIÃO SUPERIOR, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA ACOMPANHADA DA IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 0 À 5 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



<u>TÊNIS ESCOLAR UNISSEX</u>, VULCANIZADO CABEDAL CONFECCIONADO EM LONA PANAMÁ 100% ALGODÃO COMPOSTO DE GASPEA E LINGUETA, ATACADOR 100% POLIESTERILHOS DE ALUMINIO, PALMILHA EM BORRACHA EVA, FORRADA COM TECIDOS JACAR, SOLADO DE BORRACHA NA COR BRANCA COM DESENHO NO FORMATO DE ONDA ANTIDERRAPANTE, VIRA LATERAL LISA, BORRACHA LEGITIMA, CARACTERÍSTICA DO MATERIAL LONA PANAMÁ DUBLADA, COMPOSIÇÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, BORRACHOS COMPOSIÇÃO ESPECÍFICA PARA CALÇADOS ESPORTIVOS RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 180 A 220 SHORE, NA LATERAL DO TÊNIS DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM BORDADO. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 17 A 27, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

Kit Escolar nº 2, Kit Ensino Fundamental Anos Iniciais

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
3 Cota Ampla	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	4338
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Kit Escolar nº 2, Kit Ensino Fundamental Anos Iniciais

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
4 Cota Reservada	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	1084
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Descrição detalhada dos itens:

CALÇA ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA HELANCA DE ALTA DURABILIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. POSSUI CÓS COM ELÁSTICO DE 3,5 CM DE LARGURA E CORDÃO REGULADOR INTERNO PARA MELHOR AJUSTE AO CORPO DO ESTUDANTE. AS BARRAS SÃO FINALIZADAS COM ELÁSTICO PARA PROPORCIONAR MAIOR FIRMEZA E CONFORTO NO USO DIÁRIO. COSTURAS REFORÇADAS EM TODA A EXTENSÃO DA PEÇA, COM LINHA DE POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE. A PEÇA DEVERÁ CONTER, OBRIGATORIAMENTE, A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO APLICADA NA PARTE FRONTAL, LADO DIREITO DA PERNA, EM SILK DE ALTA FIXAÇÃO, DE MODO A NÃO DESBOTAR OU DESCASCAR COM AS LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 6 À 10 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls. _____

ESTADO DE ALAGOAS



CAMISETA ESCOLAR UNISSEX (MANGA CURTA), CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER, COM TECNOLOGIA QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO, LEVEZA, SECAGEM RÁPIDA E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. COR PREDOMINANTE BRANCA, COM GOLA CARECA EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF E PUNHOS DAS MANGAS IGUALMENTE EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF. A PARTE FRONTAL CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE, E ESTAMPA ARTÍSTICA NA BARRA INFERIOR, EM AZUL CIANO #0062FF, REPRESENTANDO ELEMENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO. A PARTE TRASEIRA CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA E A IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. COSTURAS REFORÇADAS NA GOLA, MANGAS E BARRA INFERIOR, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 6 À 10 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

SHORT SAIA ESCOLAR FEMININO, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, DE ALTA RESISTÊNCIA, IDEAL PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. ESTRUTURA COMPOSTA POR SHORT INTERNO JUSTO E SAIA SOBREPOSTA, CONFERINDO PRATICIDADE E CONFORTO. CÓS COM ELÁSTICO EMBUTIDO DE 3,5 CM, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO À CINTURA. POSSUI ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO NA LATERAL DA SAIA, VALORIZANDO O DESIGN. A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO DEVERÁ SER APLICADA OBRIGATORIAMENTE NA PARTE FRONTAL DA PEÇA, NO LADO ESQUERDO, EM SILK RESISTENTE A LAVAGENS. COSTURAS REFORÇADAS E BEM ALINHADAS, PROPORCIONANDO DURABILIDADE. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 6 À 10 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



SHORT ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, RESISTENTE, CONFORTÁVEL E ADEQUADO PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. CINTURA COM CÓS ELÁSTICO EMBUTIDO, DE 3,5 CM DE LARGURA, GARANTINDO AJUSTE ANATÔMICO E CONFORTÁVEL. ACABAMENTO COM COSTURA DUPLA REFORÇADA EM TODA A PEÇA, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA AO USO DIÁRIO E ÀS LAVAGENS. A PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONTER A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 6 À 10 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



JAQUETA ESCOLAR (AGASALHO UNISSEX), CONFECCIONADA EM TECIDO HELANCA DE ALTA QUALIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. MODELO COM ABERTURA FRONTAL EM ZÍPER DE NYLON BRANCO, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DESLIZAMENTO SUAVE. POSSUI DOIS BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS COM ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO, PUNHOS E BARRA EM RIBANA NA COR AZUL, GARANTINDO MELHOR AJUSTE E PROTEÇÃO TÉRMICA. O INTERIOR DEVERÁ APRESENTAR COSTURA REFORÇADA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA. NA PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK RESISTENTE. NA PARTE TRASEIRA, NA REGIÃO SUPERIOR, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA ACOMPANHADA DA IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 6 À 10 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



TÊNIS ESCOLAR UNISSEX, VULCANIZADO CABEDAL CONFECCIONADO EM LONA PANAMÁ 100% ALGODÃO COM POSTO DE GASPEA E LINGUETA, ATACADOR 100% POLIESTERILHOS DE ALUMINIO, PALMILHA EM BORRACHA EVA, FORRADA COM TECIDOS JACAR, SOLADO DE BORRACHA NA COR BRANCA COM DESENHO NO FORMATO DE ONDA ANTIDERRAPANTE, VIRA LATERAL LISA, BORRACHA LEGITIMA, CARACTERÍSTICA DO MATERIAL LONA PANAMÁ DUBLADA, COMPOSIÇÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, BORRACHOS COMPOSIÇÃO ESPECÍFICA PARA CALÇADOS ESPORTIVOS RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 180 A 220 SHORE, NA LATERAL DO TÊNIS DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM BORDADO. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 28 A 34, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

Kit Escolar nº 3, Kit Ensino Fundamental Anos Finais

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
5 Cota Ampla	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	3431
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Kit Escolar nº 3, Kit Ensino Fundamental Anos Finais

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
6 Cota Reservada	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	858
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Short Saia Escolar (Feminino) ou Short Escolar Unissex.	Unidade	1	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Descrição detalhada dos itens:

CALÇA ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA HELANCA DE ALTA DURABILIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. POSSUI CÓS COM ELÁSTICO DE 3,5 CM DE LARGURA E CORDÃO REGULADOR INTERNO PARA MELHOR AJUSTE AO CORPO DO ESTUDANTE. AS BARRAS SÃO FINALIZADAS COM ELÁSTICO PARA PROPORCIONAR MAIOR FIRMEZA E CONFORTO NO USO DIÁRIO. COSTURAS REFORÇADAS EM TODA A EXTENSÃO DA PEÇA, COM LINHA DE POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE. A PEÇA DEVERÁ CONTER, OBRIGATORIAMENTE, A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO APLICADA NA PARTE FRONTAL, LADO DIREITO DA PERNA, EM SILK DE ALTA FIXAÇÃO, DE MODO A NÃO DESBOTAR OU DESCASCAR COM AS LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 11 À 14 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls. _____

ESTADO DE ALAGOAS



CAMISETA ESCOLAR UNISSEX (MANGA CURTA), CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER, COM TECNOLOGIA QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO, LEVEZA, SECAGEM RÁPIDA E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. COR PREDOMINANTE BRANCA, COM GOLA CARECA EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF E PUNHOS DAS MANGAS IGUALMENTE EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF. A PARTE FRONTAL CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE, E ESTAMPA ARTÍSTICA NA BARRA INFERIOR, EM AZUL CIANO #0062FF, REPRESENTANDO ELEMENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO. A PARTE TRASEIRA CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA E A IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. COSTURAS REFORÇADAS NA GOLA, MANGAS E BARRA INFERIOR, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 11 À 14 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA



SHORT SAIA ESCOLAR FEMININO, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, DE ALTA RESISTÊNCIA, IDEAL PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. ESTRUTURA

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

COMPOSTA POR SHORT INTERNO JUSTO E SAIA SOBREPOSTA, CONFERINDO PRATICIDADE E CONFORTO. CÓS COM ELÁSTICO EMBUTIDO DE 3,5 CM, PERMITINDO AJUSTE ANATÔMICO À CINTURA. POSSUI ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO NA LATERAL DA SAIA, VALORIZANDO O DESIGN. A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO DEVERÁ SER APLICADA OBRIGATORIAMENTE NA PARTE FRONTAL DA PEÇA, NO LADO ESQUERDO, EM SILK RESISTENTE A LAVAGENS. COSTURAS REFORÇADAS E BEM ALINHADAS, PROPORCIONANDO DURABILIDADE. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 11 À 14 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



SHORT ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO HELANCA AZUL CIANO #0062FF, RESISTENTE, CONFORTÁVEL E ADEQUADO PARA ATIVIDADES ESCOLARES E ESPORTIVAS. CINTURA COM CÓS ELÁSTICO EMBUTIDO, DE 3,5 CM DE LARGURA, GARANTINDO AJUSTE ANATÔMICO E CONFORTÁVEL. ACABAMENTO COM COSTURA DUPLA REFORÇADA EM TODA A PEÇA, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA AO USO DIÁRIO E ÀS LAVAGENS. A PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONTER A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE E DURABILIDADE. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 11 À 14 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



JAQUETA ESCOLAR (AGASALHO UNISSEX), CONFECCIONADA EM TECIDO HELANCA DE ALTA QUALIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. MODELO COM ABERTURA FRONTAL EM ZÍPER DE NYLON BRANCO, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DESLIZAMENTO SUAVE. POSSUI DOIS BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS COM ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO, PUNHOS E BARRA EM RIBANA NA COR AZUL, GARANTINDO MELHOR AJUSTE E PROTEÇÃO TÉRMICA. O INTERIOR DEVERÁ APRESENTAR COSTURA REFORÇADA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA. NA PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK RESISTENTE. NA PARTE TRASEIRA, NA REGIÃO SUPERIOR, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA ACOMPANHADA DA

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECIDA NOS TAMANHOS DE 11 À 14 ANOS, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



TÊNIS ESCOLAR UNISSEX, VULCANIZADO CABEDAL CONFECCIONADO EM LONA PANAMÁ 100% ALGODÃO COM POSTO DE GASPEA E LINGUETA, ATACADOR 100% POLIESTERILHOS DE ALUMINIO, PALMILHA EM BORRACHA EVA, FORRADA COM TECIDOS JACAR, SOLADO DE BORRACHA NA COR BRANCA COM DESENHO NO FORMATO DE ONDA ANTIDERRAPANTE, VIRA LATERAL LISA, BORRACHA LEGITIMA, CARACTERÍSTICA DO MATERIAL LONA PANAMÁ DUBLADA, COMPOSIÇÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, BORRACHOS COMPOSIÇÃO ESPECÍFICA PARA CALÇADOS ESPORTIVOS RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 180 A 220 SHORE, NA LATERAL DO TÊNIS DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM BORDADO. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 34 A 39, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

Kit Escolar nº 4, Kit EJA

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
7 Cota Ampla	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	439
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Kit Escolar nº 4, Kit EJA

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade de Itens por Kit	Quantidade de Kits
8 Cota Reservada	Calça Escolar Unissex.	Unidade	1	110
	Camiseta Escolar Unissex (Manga Curta).	Unidade	2	
	Jaqueta Escolar (Agasalho Unissex).	Unidade	1	
	Tênis Escolar Unissex.	Par	1	

Descrição detalhada dos itens:

CALÇA ESCOLAR UNISSEX, CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA HELANCA DE ALTA DURABILIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. POSSUI CÓS COM ELÁSTICO DE 3,5 CM DE LARGURA E CORDÃO REGULADOR INTERNO PARA MELHOR AJUSTE AO CORPO DO ESTUDANTE. AS BARRAS SÃO FINALIZADAS COM ELÁSTICO PARA PROPORCIONAR MAIOR FIRMEZA E CONFORTO NO USO DIÁRIO. COSTURAS REFORÇADAS EM TODA A EXTENSÃO DA PEÇA, COM LINHA DE POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE. A PEÇA DEVERÁ CONTER, OBRIGATORIAMENTE, A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO APLICADA NA PARTE FRONTAL, LADO DIREITO DA PERNA, EM SILK DE ALTA FIXAÇÃO, DE MODO A NÃO DESBOTAR OU DESCASCAR COM AS LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS P/M/G/GG, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

CAMISETA ESCOLAR UNISSEX (MANGA CURTA), CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER, COM TECNOLOGIA QUE GARANTE CONFORTO TÉRMICO, LEVEZA, SECAGEM RÁPIDA E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. COR PREDOMINANTE BRANCA, COM GOLA CARECA EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF E PUNHOS DAS MANGAS IGUALMENTE EM RIBANA AZUL CIANO #0062FF. A PARTE FRONTAL CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK DE ALTA QUALIDADE, E ESTAMPA ARTÍSTICA NA BARRA INFERIOR, EM AZUL CIANO #0062FF, REPRESENTANDO ELEMENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO. A PARTE TRASEIRA CONTÉM A LOGOMARCA DA PREFEITURA E A IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. COSTURAS REFORÇADAS NA GOLA, MANGAS E BARRA INFERIOR, GARANTINDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A LAVAGENS. FORNECIDA NOS TAMANHOS P/M/G/GG, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA



JAQUETA ESCOLAR (AGASALHO UNISSEX), CONFECCIONADA EM TECIDO HELANCA DE ALTA QUALIDADE, NA COR AZUL CIANO #0062FF. MODELO COM ABERTURA FRONTAL EM ZÍPER DE NYLON BRANCO, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DESLIZAMENTO SUAVE. POSSUI DOIS BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS COM ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO, PUNHOS E BARRA EM RIBANA NA COR AZUL, GARANTINDO MELHOR AJUSTE E PROTEÇÃO TÉRMICA. O INTERIOR DEVERÁ APRESENTAR COSTURA REFORÇADA, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE DA PEÇA. NA PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM SILK RESISTENTE. NA PARTE TRASEIRA, NA REGIÃO SUPERIOR, DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA ACOMPANHADA DA IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FORNECIDA NOS TAMANHOS P/M/G/GG, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

TÊNIS ESCOLAR UNISSEX, VULCANIZADO CABEDAL CONFECCIONADO EM LONA PANAMÁ 100% ALGODÃO COM POSTO DE GASPEA E LINGUETA, ATACADOR 100% POLIESTERILHOS DE ALUMINIO, PALMILHA EM BORRACHA EVA, FORRADA COM TECIDOS JACAR, SOLADO DE BORRACHA NA COR BRANCA COM DESENHO NO FORMATO DE ONDA ANTIDERRAPANTE, VIRA LATERAL LISA, BORRACHA LEGITIMA, CARACTERÍSTICA DO MATERIAL LONA PANAMÁ DUBLADA, COMPOSIÇÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, BORRACHOS COMPOSIÇÃO ESPECÍFICA PARA CALÇADOS ESPORTIVOS RESISTÊNCIA A ABRASÃO DE 180 A 220 SHORE, NA LATERAL DO TÊNIS DEVERÁ CONSTAR A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO, APLICADA EM BORDADO. FORNECIDO NOS TAMANHOS DE 34 a 45, SENDO OS TAMANHOS EXATOS PARA PEDIDO DEFINIDOS APÓS A LICITAÇÃO E A PARTIR DA GRADE DE TAMANHOS DA EMPRESA VENCEDORA.



***Observação 1:** Os itens deverão ser novos e sem utilização anterior, de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam suas usabilidades, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados em kits, e nas embalagens, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.

***Observação 2:** Os kits deverão ser embalados individualmente, de acordo com a modalidade de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Ensino Fundamental anos finais e EJA), e em suas respectivas quantidades totais.

***Observação 3:** Os kits deverão ser embalados individualmente em saco plástico, em tamanho adequado para acondicionar todos os itens, resistente, capaz de suportar o peso do seu conteúdo, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega, que são de inteira responsabilidade da Contratada.

***Observação 4:** Os itens deverão ser acondicionados de forma a evitar danos durante a movimentação da carga, para garantir assim integridade dos materiais durante o transporte até o local de entrega.

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO II - Endereços de Entrega

Unidade	Endereço
CMEI Manoel Pedro Neto	Povoado Malhadas, S/N - Cep: 57160-000
Creche Maria José Rocha da Silva	Rua Adauto Lima, s/nº, Massagueira, Complexo Educacional e Esportivo João Paulo da Purificação - Cep: 57160-000
E. M. Adelina de Carvalho Melo	Rua de Santa Rita, S/N, Pov. Santa Rita - Cep: 57160-000
E. M. Altina Ribeiro Toledo	Rua Vila Altina, S/N, Taperaguá - Cep: 57160-000
E. M. Carlos Avelino da Silva	Av. Marechal Deodoro, s/nº, Conjunto Gislene Matheus, Cep: 57160-000
E. M. Dona Maria de Araújo Lobo	Rua São Sebastião, S/N, Taperaguá - Cep: 57160-000
E. M. Dr. Claudio Roberto Costa dos Santos	Av. Benedito Agnelo De Lima, s/nº, Pedras - Cep: 57160 -000
E. M. Dr. Joviniano de Almeida Rodas	Rua São Pedro, S/N, Barro Vermelho - Cep: 57160-000
E. M. Everaldo Pereira Lopes	Rua Projetada, S/N, Mucuri - Cep: 57160-000
E. M. Governador Luiz Cavalcante	Rodovia Edval Lemos, AL-101, S/N, Taperaguá - Cep: 57160-000
E. M. Joaquim Gama Filho - Extensão	Ladeira do Sebo, s/nº, Povoado Tuquanduba, S/N - Cep: 57160-000
E. M. Joaquim Gama Filho - Sede	Rua projetada, s/nº, Povoado Tuquanduba, S/N - Cep: 57160-000
E. M. Jonas de Oliveira Pinto - Sede	Rua Projetada, S/N, Povoado Riacho Velho - Cep: 57160-000
E. M. José Bispo da Silva - Extensão	Rua Beira da Lagoa, S/N, Barra Nova - Cep: 57160-000
E. M. José Bispo da Silva - Sede	Av. Dorgival Viana, S/N, Barra Nova - Cep: 57160-000
E. M. José Rônalt de Sena	Rua da Esperança, nº 127, Residencial Terra da Esperança, Bairro do Carmo - Cep: 57160-000
E. M. Lídia Rodrigues de Oliveira	Rua Oscar de Araújo, S/N, Povoado Massagueira de Baixo - Cep: 57160-000
E. M. Manoel Messias dos Santos	Rua G, S/N, Francês - Cep: 57160-000
E. M. Maria Quinô de Souza	Rua Adauto Lima, s/nº, Massagueira, Complexo Educacional e Esportivo João Paulo da Purificação - Cep: 57160-000
E. M. Prefeito Edval Lemos Santos	Ladeira do Sebo, s/nº, Povoado Tuquanduba, S/N - Cep: 57160-000
E. M. Professora Eleuza Galvão Rodas	Rua Artur Paiva Rego, S/N, Centro - Cep: 57160-000
E. M. Professora Lucas - Sede	Rua projetada, S/N, Malhadas - Cep: 57160-000
E. M. Professora Maria Petronila de Gouveia	Rua Marinita Gouveia, S/N, Massagueira - Cep: 57160-000
NEI Adélia Cavalcante Costa	Rua Prefeito João de Farias Lôbo, S/N, Taperaguá - Cep: 57160-000
NEI Criança Feliz	Rua Projetada, S/N, Massagueira - Cep: 57160-000
NEI Maria do Socorro	Rua da Esperança, s/nº, Residencial Terra da Esperança, Bairro do Carmo - Cep: 57160-000
NEI Maria Irene da Silva	Rua A, s/nº, Conjunto Denisson Amorim, Cep: 57160-000
NEI Octávio Teixeira	Rua Projetada, S/N, Santa Rita - Cep: 57160-000
NEI Sonho Feliz (SESI)	Rua Tenente José Tomé, S/N, Centro - Cep: 57160-000
NEI Tânia Cavalcante - Extensão	Rua Projetada, S/N, Recanto da Ilha - Cep: 57160-000

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO
Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

NEI Tânia Cavalcante - Sede	Av. Dorgival Viana, S/N, Barra Nova - Cep: 57160-000

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. Descrição da Necessidade da Contratação:

1.1. A aquisição de kits de fardamentos escolares busca atender à necessidade de fornecer uniformes padronizados aos alunos da rede municipal de ensino de Marechal Deodoro para o ano letivo de 2026. A medida visa promover a igualdade entre os alunos, fortalecer a identidade institucional, melhorar a segurança no ambiente escolar e aliviar a carga financeira das famílias de baixa renda. O objetivo é contribuir para a qualidade da educação, bem como reforçar o papel social e integrador da escola, assegurando que os estudantes estejam devidamente identificados e uniformizados em suas atividades diárias.

2. Alinhamento com o Planejamento Institucional:

2.1. A contratação está prevista no Plano Municipal de Educação e está alinhada com os objetivos de promover a universalização do acesso à educação de qualidade e garantir o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

3. Requisitos para Escolha da Solução:

3.1. Os requisitos incluem:

- Fornecimento de kits com peças de fardamento que atendam às especificações técnicas em termos de qualidade, durabilidade e conforto.
- Preferência por tecidos com alta durabilidade e conforto térmico, adequados ao clima da região.
- Utilização de práticas sustentáveis, como o uso de materiais ecologicamente corretos e opções de logística reversa para fardamentos descartados.
- Garantia de entrega dentro do prazo estipulado e em condições que atendam aos padrões de qualidade definidos pela Secretaria de Educação.

4. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha:

4.1. O levantamento de mercado incluiu análise de fornecedores especializados em confecção de fardamentos escolares, comparação de preços unitários, qualidade de materiais e prazo de entrega.

a) A comparação dos custos demonstrou que a aquisição direta é mais vantajosa do que alternativas como aluguel ou compra esporádica.

b) Os ganhos administrativos incluem maior controle logístico e economia de recursos humanos envolvidos na gestão de fornecimento de uniformes.

c) Contratações semelhantes em municípios vizinhos indicaram que o uso de chamamento público para credenciamento de fornecedores pode trazer competitividade e eficiência.

d) Será incorporado um sistema de acompanhamento de produção e entrega para garantir maior controle e transparência.

e) Consulta a fornecedores possibilitou identificar inovações no design e materiais dos kits que atendem a critérios de sustentabilidade.

f) Análise dos custos e benefícios reforçou a viabilidade econômica da aquisição direta, dada a abrangência e periodicidade da demanda.

g) Outras opções menos onerosas, como permuta ou doações, foram consideradas, mas revelaram-se insuficientes para a demanda existente.

A solução definida contempla a aquisição de kits de fardamentos completos, compostos por camiseta, calça/short/sapato conforme especificação técnica. Os kits serão produzidos com materiais de alta qualidade, com garantia mínima de durabilidade, e os fornecedores deverão oferecer suporte técnico durante o período contratual.

5. Estimativa de Quantidades e Valores:

5.1. Com base no número de alunos matriculados e na previsão de matrículas para 2026, estima-se a aquisição de aproximadamente 13.836 mil kits. Os cálculos foram realizados com base em projeções de crescimento populacional escolar e dados da Secretaria Municipal de Educação. Os valores unitários e globais da contratação serão estimados por meio de pesquisa simplificada de mercado.

6. Amostras

6.1. A comissão de licitação deverá solicitar amostras dos kits para análise e verificação do atendimento às especificações dos itens que compõe os kits e solicitar dos proponentes esclarecimentos com relação aos documentos e as amostras apresentadas.

6.2. As amostras deverão ser entregues na configuração de kits (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Ensino Fundamental anos finais e EJA), em suas respectivas quantidades totais, devidamente embalados, conforme estabelecido neste Documento de Formalização de Demanda (DFD) e neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

6.3. Deverão ser entregues no mínimo um kit montado de cada modalidade de ensino.

6.4. Somente deverão ser aceitos os kits que estejam em total concordância com os critérios estabelecidos neste Documento de Formalização de Demanda (DFD) e neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

6.5. As amostras apresentadas poderão ser desmontadas ou destruídas durante as etapas de Análise das Amostras.

6.6 Os licitantes vencedores serão convocados e deverão apresentar, no prazo de 7 (sete) dias corridos, contados da data da convocação, as amostras dos itens para os quais foram declarados vencedores.

7. Justificativa para o Não Parcelamento:

7.1. Não há previsão de parcelamento, dado que a compra em lote único permite maior eficiência logística, redução de custos e controle centralizado de distribuição.

8. Contratações Correlatas e Interdependentes:

8.1. A contratação poderá ter interdependência com outras aquisições voltadas para o setor de transporte escolar, visando garantir a entrega simultânea de kits e transporte adequado dos alunos.

9. Resultados Pretendidos e Benefícios:

9.1. Pretende-se garantir maior equidade, segurança e identificação dos alunos, com impacto positivo na qualidade educacional, redução de custos para as famílias e melhor aproveitamento dos recursos.

10. Providências Pré-Contratuais:

10.1. Capacitação dos servidores para gestão e fiscalização do contrato será realizada, além da adequação dos espaços de distribuição dos kits.

11. Impactos Ambientais e Medidas Preventivas/Corretivas:

11.1. Será incentivado o uso de materiais sustentáveis, com baixa emissão de resíduos e possibilidade de reaproveitamento de materiais antigos.

12. Conclusão sobre a Viabilidade da Contratação:

12.1 A contratação mostra-se viável, razoável e adequada ao atendimento das necessidades educacionais, trazendo impactos positivos e assegurando o cumprimento dos objetivos da Secretaria Municipal de Educação.

Marechal Deodoro/AL, 28 de outubro de 2025.

Simone Braga de Souza Araújo
Superintendente de Educação

Aprovado por:

Karoline Flora Barros Crisóstomo Oliveira
Secretária Municipal de Educação

ANEXO B
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N° xxxxxxx/xxxx

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX/XXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO E A EMPRESA XXXXXXXXXXX. CUJO OBJETO É A XXXXXXXXXXXXXX. PROC. Nº xxxxxxx/202x.

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.275/0001-58, com sede administrativa na Rua Tavares Bastos, s/nº, Centro, no município de Marechal Deodoro, Alagoas, representado por seu Prefeito, Sr. **André Luiz Barros da Silva**, brasileiro, casado, inscrito no CPF de nº 008.078.444-45;

ORGÃO GERENCIADOR: A **SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXXXXX,** situada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste município, neste ato representado por seu(sua) secretário(a), o/a Sr(a). **xxxxxxxxxxxx,** inscrita no CPF nº xxxxxxxxxxx.

CONTRATADA: A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXX,** inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, com sede no Rua xxxxxxxxxxxxx, telefone (xx) xxxxxxxxxx, e-mail (xxxxxxxxxxxxxxxxx) neste ato representado pelo **Sr. xxxxxxxxxxxx**, CPF: xxxxxxxxxxx.

Os **CONTRATANTES** celebram, por força do presente instrumento, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 90, de 27 de dezembro de 2023 (Marechal Deodoro/AL), e, demais normas legais aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até xxxxxxxxxxxxxxxxxx, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor total deste contrato é de **R$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx).**

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deve apresentar, após a entrega dos produtos, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, além de certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.2. O pagamento será efetuado no Mês subsequente ao da entrega do objeto, até o 10º (décimo) dia útil do Mês, contados da data do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do FORNECEDOR.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

6.3.1. Recebimento definitivo dos produtos de conformidade com o disposto na Cláusula Segunda;

6.3.2. Apresentação da documentação discriminada no item 6.1 desta cláusula.

6.4. Havendo suspensão de pagamentos na forma do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada do descumprimento do ajuste para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a regularização necessária, sob pena de aplicação de penalidade e rescisão contratual, está na forma da Cláusula Doze, subitem 12.2.1., em razão do não cumprimento da Cláusula Sétima, subitem 9.11., deste contrato.

6.4.1. Ultrapassando o prazo acima referido, sem prejuízo da penalidade e da rescisão do contrato, o pagamento deverá ser liberado.

6.5. O CONTRATANTE pode deduzir de importâncias devidas à CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações por ela devidas.

6.6. Citado para se defender em processo judicial de terceiros, de natureza civil ou trabalhista, inclusive, mas não exclusivamente de empregado ou ex-empregado da CONTRATADA, o CONTRATANTE fará o cálculo dos direitos pleiteados e, após dele notificar a CONTRATADA, reterá o correspondente valor para fazer frente a eventual condenação, deduzindo-o de importâncias devidas à CONTRATADA.

6.6.1. O valor será restituído à CONTRATADA somente após a prova cabal do acerto definitivo entre a CONTRATADA e o terceiro litigante, quando restar demonstrada a inexistência de qualquer risco de condenação para o CONTRATANTE.

6.6.2. A CONTRATADA se obriga a exibir ao CONTRATANTE, sempre que solicitada, os documentos comprobatórios do efetivo cumprimento das obrigações referentes ao processo judicial mencionado neste item.

6.6.3. O valor a que faz referência este item não renderá juros ou correção monetária, o qual poderá ser substituído, a pedido da CONTRATADA, por outra modalidade de garantia que, a critério do CONTRATANTE, for considerada idônea.

6.7. Havendo atraso nos pagamentos por parte do Contratante, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos da lei, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

6.8. A Contratante, ao efetuar pagamento ao contratado, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá à retenção do imposto de renda (IR) em observância ao disposto no Decreto nº 56/2023.

6.9. O Contratado fica ciente de que a retenção do Imposto sobre a Renda será efetuada mediante aplicação das alíquotas constantes no Anexo I da Instrução Normativa RFB º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores;

6.10. A alíquota aplicada ao fornecimento do bem ou a prestação dos serviços assim como o valor da retenção do Imposto sobre a Renda (IR) deverão ser destacados no corpo do documento fiscal ou em campo apropriado, pela Contratante, quando não efetuada a retenção pelo(a) Contratado(a);

6.11. É de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, informar e comprovar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço;

6.12. Caso o documento fiscal seja apresentado sem o devido destaque da retenção do Imposto sobre a Renda (alíquota e valor), a Administração Pública Municipal procederá a retenção do tributo na forma prevista nas Instruções Normativas da RFB, não por excesso de poder, mas sim por desídia do fornecedor ou prestador de serviço;

6.13. Sendo o(a) contratado(a) Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP optantes pelo Simples Nacional, não estará sujeito(a) à retenção do Imposto sobre a Renda;

6.14. O valor do imposto retido será considerado como antecipação do valor que for devido pelo(a) Contratado(a) em relação ao Imposto sobre a Renda (IR) e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte na forma dos incisos I e II do art. 9º da IN RFB º 1.234/2012.

6.15. A Contratada, no caso de prestação de serviços atrelados à execução do objeto deste contrato, deve proceder com a retenção da contribuição previdenciária sobre o valor da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços na forma prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e da IN nº 2110/2022;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. O valor contratual poderá ser reajustado, a partir de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir, conforme previsto no inciso XI do art. 6º e no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.2. O reajuste será aplicado com base na variação acumulada do **índice nacional de preços ao consumidor amplo** (**IPCA)**, ou outro que vier a substituí-lo, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses entre as datas-base.
7.3. Para fins de cálculo do reajuste, será considerada a variação percentual do índice acumulado no período, calculada entre a data-base da proposta e o mês imediatamente anterior à data de aniversário do contrato.
7.4. Caso ocorra defasagem significativa no índice pactuado em relação à realidade do mercado, a Administração poderá, fundamentadamente, propor a adoção de índice mais compatível com a natureza do contrato, mediante acordo entre as partes.
7.5. O valor reajustado será formalizado por meio de termo aditivo ao contrato, após instrução processual e aprovação da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:
8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA E EXECUÇÃO

10. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.9. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.9.1. ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido.

11.9.2. MULTA: pelo atraso no início da Apresentação, quando não justificado ou rejeitado pela Secretaria Municipal contratante, em relação ao cumprimento dos horários estipulados para as Apresentações: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por hora de atraso, calculado sobre o valor total dos serviços, limitada a 2% (dois por cento) deste. Admitindo-se um atraso não superior à 2 (duas) horas do horário estipulado.

11.9.3. SUSPENSÃO E MULTA: a inexecução contratual, parcial ou total, referente ao atraso superior à 5 (cinco) dias, do indicado para a Apresentação Artística, submeterá a Responsável às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

11.9.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.10. A Administração Pública, para a imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município ou da Secretaria demandante deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: XXXXXXXX
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: XXXXXXXXX
PROJETO / ATIVIDADE: XXXXXXXXXX
ELEMENTO DE DESPESA: XXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO Fls.

ESTADO DE ALAGOAS

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Marechal Deodoro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE, INTERVENIENTE** e **CONTRATADA**.

Marechal Deodoro/AL, xx de xxxxxxxxxx de 202x.

_____

MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO
Contratante
André Luiz Barros da Silva
Prefeito

_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX
Interveniente
XXXXXXXXXXx
Secretário(a)

_____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada
xxxxxxxxxxxxxx
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:_____ CPF Nº: _____

NOME:_____ CPF Nº:_____

ANEXO C
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 000/2025
PROCESSO ADMNISTRATIVO
Nº XXXXXXXXX/2025

O(A) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que gerenciará a ata de registro de preços, com sua sede no(a) Rua xxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de Marechal Deodoro, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, publicada no _____ de 00/00/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023 (Marechal Deodoro/AL) e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual XXXXXXXXXXXXXXXXXX, especificado(s) no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo do edital alhures, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*						
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima ou Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. Havendo listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, este constará como anexo a esta Ata de forma expressa.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município licitante.

***4.* DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Dos limites para as adesões

4.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e renovado seus quantitativos inicialmente registrados, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, conforme item 2.2., o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, havendo cadastro de reserva ou não, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 ou normativa específica de âmbito local.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, conforme art. 77 do Decreto Municipal nº 091, de 27 de dezembro de 2023.

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.3 e no item 7.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, se houver, no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas
Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 000/2025
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*